

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA NÚMERO 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2014  
SEGUNDA REUNIÃO**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze reuniu, pelas vinte e uma horas, para dar continuidade à sessão ordinária de vinte e oito de junho, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Hélder José Magalhães Ferreira e Eng<sup>a</sup> Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António José Cerqueira Dinis Mesquita, Prof. Dr. Jorge José Magalhães Mendes, Dr. Raimundo Magalhães Carvalho, Dr. Pedro Manuel Barros Pereira, Dra. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, senhor André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

**Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:**

Armindo José da Cunha Abreu, **Ana Cristina Varejão Reis**, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Silvia Manuela Ferreira da Mota**, Octávia Manuel Clemente, Maria José Castelo Branco, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, **Joaquim Augusto Teixeira**, Fernando Miguel Sousa Cardoso, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Ana Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Rui Miguel Ferreira Borges**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – Hugo Luís Teixeira Vaz  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
Lomba – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Representada por Armando Coimbra  
REBORDELO – Representada por Luís Carlos Costa Dinis  
SALVADOR – António Gomes Pinheiro



TELÕES – Representada por Ivone Sofia Pinto Ribeiro  
TRAVANCA – José Machado Babo  
VILA CAÍZ – Faltou  
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Carlos Alberto Pereira Gomes  
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Representada por Fernando Teixeira Mendes  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Faltou  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Lino Manuel dos Santos Macedo  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Carlos António da Silva Carvalho, Alexandra Matias, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Domingos Teixeira Pinheiro, Daniel Pinheiro e Cláudia Sofia Mota e Silva.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado reinício aos trabalhos.

Passou-se de imediato ao Ponto número dois da Ordem de Trabalhos.

#### **PONTO Nº 2 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DOS CONCURSOS DO PESSOAL DIRIGENTE**

Usaram da palavra os senhores:

##### **OCTÁVIA CLEMENTE - PS**

No uso da palavra disse que o PS não tem qualquer objeção a fazer relativamente a este ponto. Decorre da lei e é também da competência da Assembleia Municipal a nomeação do júri sob proposta da Câmara para esse efeito. Algumas objecções que foram feitas pelo PS na outra proposta já foram corrigidas nesta. O PS votará a favor.

##### **ANTONIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse que a proposta que agora analisamos, foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara respetiva. "Nós também vamos votar a favor.

Estas reservas de que a senhora deputada do PS falou e diz que foram corrigidas, segundo nós já da primeira vez não haviam motivo para tais reservas. Enquanto fui Vereador da oposição, que me lembre, nunca o PSD fez qualquer reserva a júris nomeados pelo PS, pelo menos enquanto estive na Câmara".

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, o senhor Presidente da assembleia pôs de imediato o assunto à votação, tendo sido o mesmo aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em Minuta também por **UNANIMIDADE**

#### **PONTO Nº 3 – APROVAÇÃO DAS MINUTAS DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA; ANSIÃES; FRIDÃO; GONDAR; PADRONELO; REBORDELO; SALVADOR DO MONTE; VILA CAÍZ; VILA CHÃ DO MARÃO; UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA; UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AMARANTE**



2

**(S. GONÇALO), MADALENA, CEPELOS, GATÃO E UNIÃO DE FREGUESIAS DE FREIXO DE BAIXO E FREIXO DE CIMA.**

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**VITOR BRIGA REI – PSD**

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Amarante e demais membros da Mesa,*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante e demais Senhores Vereadores,*

*Exmos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,*

*Exmos. Senhores Deputados Municipais,*

*Exmo. Público,*

Dirijo-me a este púlpito para felicitar a Câmara Municipal de Amarante, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e as Juntas de Freguesia, na pessoa de todos os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes.

Permito-me a tal felicitação porque verifico uma mudança total do paradigma em Amarante: Uma mudança no relacionamento entre Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.

Mudança para melhor, obviamente!

É com agrado que registamos a colaboração e entreaajuda que tem vindo a existir entre Câmara Municipal e todas as Juntas de Freguesia, cujo trabalho tem vindo a resultar na construção de parcerias como esta que agora está em discussão e votação.

Por um lado, é um sinal do reconhecimento da importância das Juntas de Freguesia como primeiros agentes de contacto com a população, de contacto com as suas dificuldades e necessidades e também de gestão dos bens municipais existentes junto das populações.

Por outro lado é um sinal de uma nova forma de actuar: Com respeito no relacionamento com todos os autarcas, com critérios perfeitamente claros e conhecidos por todos na atribuição de competências e do respectivo financiamento para a sua execução, uma relação onde todos ouvem mas também se verifica que todos são ouvidos.

Amarante está a mudar!

Mas Amarante também já mudou!

Amarante virou-se, finalmente, para o seu bem essencial: A população que aqui vive mas também a população que aqui nos visita.

E é por esse exemplo de cooperação, trabalho e confiança, independentemente da cor partidária de cada um dos intervenientes políticos, que acredito que o futuro, que já começou, reserva para todo o concelho de Amarante uma afirmação em que valeu e vale a pena acreditar.

**OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, começou por dizer que quem ouviu o Dr. Vítor Rei, ficará com a ideia de que se estará pela primeira vez a aprovar protocolos para as Juntas de Freguesia. Disse a seguir que os protocolos com as Juntas de Freguesia vêm desde sempre, ou seja, desde que o PS exerceu funções na Câmara. Porque não vê onde está a mudança para melhor. Acrescentou a seguir que o senhor deputado falou em critérios e que era para todos, mas basta ver o documento para se perceber que não constam aí todas as Juntas de Freguesia.

O PS e apesar das dificuldades com que se foi defrontando ao longo dos tempos, sempre defendeu os protocolos com as Juntas de Freguesia.

Concluiu dizendo que aquela proposta em concreto foi aprovada nos documentos previsionais e portanto que o PS a votaria favoravelmente. Acrescentou a seguir que o que o PS não aceita é que isto seja uma novidade, pois os senhores

Presidentes de Junta já estavam habituados a receber protocolos, e que os critérios conhecidos por todos, aqui são os que vêm do passado. Não há critérios novos. Não foi apresentado qualquer critério novo. Por isso afirmar somente que valeu a pena, para o PS, não se vê aqui grande novidade. Agora sim, o que se regista com agrado é que a Câmara continue a manter os protocolos. Pois as Juntas de Freguesia estão mais próximas das populações e conhecem melhor as suas reais necessidades e por isso votaremos favoravelmente os protocolos.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse serem curiosas as declarações finais da senhora deputada, pois faziam lembrar uma justificação, "salvo erro em 2009", que tratava do aumento dos protocolos às Juntas de Freguesia e que foi rotundamente chumbado pelo PS. Ainda bem que mudaram de opinião. Acrescentou a seguir que ao contrário do que a oradora anterior disse, não foi sempre assim, por exemplo em 2009/2010, salvo erro a Câmara não atribuiu qualquer protocolo.

Conclui dizendo que neste primeiro ano de exercício deste Executivo, incluindo este protocolo e outros instrumentos, nunca foi atribuído um montante tão grande às Juntas de Freguesia. Tratando-se da coerência de uma política de proximidade que sempre defendemos para com as Juntas, ou seja, atribuindo recursos para que possam ter alguma autonomia com montantes através dos quais possam fazer as obras necessárias para os seus fregueses. "Por isso votamos a favor".

#### **ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta disse que "atendendo ao facto das freguesias disporem agora de maiores atribuições, competências e responsabilidades, o apoio por parte da Câmara municipal às Juntas de Freguesia desempenha um papel decisivo na articulação e salvaguarda dos interesses das comunidades locais.

Anotámos com agrado a disponibilidade do senhor Presidente da Câmara para a participação na requalificação da ex-escola da Póvoa que, sendo o único equipamento público da localidade, património municipal, se encontrava em fase adiantada de degradação e vandalismo.

Depois de restaurado, o equipamento será colocado à disposição da população. Ali serão sedeadas as associações desportivas e culturais do lugar.

Todas as atividades que decorrem desde já na sede da Freguesia, serão alargadas à população da Póvoa, que dista a mais de três quilómetros de distância.

O teatro, música, cinema, ginástica e dança, serão agora uma realidade para os habitantes da Póvoa.

As tradicionais festas de verão que têm vindo a decorrer na rua com todos os incómodos daí decorrentes, passam a ter lugar no polivalente desportivo anexo à escola, com outras condições de higiene e segurança.

Será ainda possível a instalação de um centro de convívio para os idosos da localidade e ainda a prestação de pequenos serviços primários de saúde. Votarei favoravelmente esta proposta".

#### **JORGE PINTO – PS**

No uso da palavra disse que só o fazia porque aquando da revisão orçamental registou naquele mesmo púlpito com agrado a ligeira subida da dotação financeira a transferir para as Juntas de Freguesia e que o que diria a seguir vinha nesse mesmo propósito, registando por isso novamente com agrado as transferências para as Juntas de Freguesia e que certamente aquelas que não estavam incluídas naquela proposta seriam certamente alvo de uma outra, ou por outro instrumento de financiamento.

Mas o que pretendia ressaltar e para isso solicitava que fosse feito um exercício de memória, era de que se há coisa que não devemos nunca responsabilizar de forma negativa a gestão do Partido Socialista à frente do Município, foi o rigoroso cumprimento da subsidiariedade. "Pela experiência que vivi nesta casa, muitas vezes com sacrificio de iniciativas próprias do município e do órgão Câmara Municipal, sempre acedemos às reivindicações, aos pedidos, aos anseios e às necessidades dos Presidentes de Junta de Freguesia independentemente do partido que representavam".

Sempre houve protocolos, exceto em 2010. Foi assumido aqui politicamente que não haveria condições para tal, pois havia necessidade de equilibrar as contas. Estava a crise a chegar, e o senhor Presidente de Câmara na altura, Dr. Armindo Abreu, tomou conta e bem dessa preocupação, e daí nesse ano não serem celebrados protocolos.

A Câmara do PSD ainda está no primeiro ano de mandato. Vamos ver se será possível prosseguir com esta política. Oxalá seja. É sinal que há receitas suficientes e que há vontade. Vontade não tenho dúvidas que haverá. Mas era bom que não viéssemos aqui às vezes de uma forma precipitada, tratar já de colher louros daquilo que ainda não justificamos e se calhar ainda não merecemos. Quando eles são merecidos temos que os atribuir e reconhecer. Agora usar pequenas provocações a factos que são facilmente desmentidos, quer pelos Presidentes de Junta da Bancada Socialista, quer da bancada do PSD, acho que devemos ser justos também na crítica.

#### **JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, disse que a vinda deste processo à Assembleia Municipal resulta da Lei 75/2013, que no seu artigo 25, alínea j) diz que "a assembleia deve deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações". E por isso aqui estamos novamente a aprovar os protocolos. Agradeceu alguns dos elogios que ouviu, mas disse também ser uma obrigação da Câmara apoiar as Juntas de Freguesia sempre que isso seja possível. Sempre que a Câmara tiver capacidade para aumentar a dotação orçamental para as Juntas de Freguesia está a fazer um bom trabalho. As Juntas têm uma capacidade de intervenção no terreno muito maior do que tem a própria Câmara. Estão mais próximas e por isso conseguem uma eficiência muito maior.

Da parte da Câmara sempre que seja possível através de protocolos ou outras formas (e sempre que houver dotação orçamental que permita a realização de parcerias com as Juntas de Freguesia), farei sempre aquilo que é minha convicção, apoiando-as nas suas realizações, indo inclusive ao encontro da vontade dos senhores Presidentes de Junta. Esse é o caminho que seguirei.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia pôs o assunto à votação. o resultado foi a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado por **UNANIMIDADE** em minuta, para produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 4 – EMISSÃO DE PARECER PARA ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DA FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA, PARA FREGUESIA DE VILA MEÃ**

Usaram da palavra os senhores:

**ANTÓNIO TOMÁS – CDS/PP**

No uso da palavra, começou por dizer que como Vilameanense era com orgulho que ali estava. Pois a proposta fazia todo o sentido e era consensual nas três freguesias.

Este processo tem razões históricas, socais e culturais, pois Vila Meã foi sede do extinto concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega e durante muito tempo toda aquela

região foi conhecida como Santa Cruz de Vila Meã, aliás até o próprio código postal era Vila Meã Douro. Por tudo isto afirmou que fazia todo o sentido que aquela região se chamasse Vila Meã. Para além disso, até as próprias instituições que existem não fazem referencia a esta ou aquela freguesia mas a Vila Meã como por exemplo os Bombeiros, o Atlético... Por isso mesmo a denominação faz todo o sentido e é com orgulho que ali está pois acredita que a proposta será certamente votada favoravelmente por todos.

#### **LINO DOS SANTOS MACEDO – PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA**

No uso da palavra, disse que apesar de reconhecer que para a maioria esta alteração é indiferente que para eles ela tem muito significado. Pois isto esbata um bocado a ideia do quintal para se passar a olhar para a quinta, afirmando a seguir: “E também ali o Sr. Presidente tem alguma culpa no cartório nisso, por dizer que Vila Meã só existe no código postal”.

Continuou dizendo que esta alteração foi proposta pela Junta de Freguesia e aprovada em Assembleia de Freguesia. Sendo de seguida enviada diretamente para a Assembleia da Republica e solicitado apoio ao Grupo Parlamentar do PS para que apresentasse a proposta. Reconheceu também desconhecer neste processo a necessidade do parecer da Assembleia Municipal. Apesar disso, apelou, tal e qual como aconteceu na Assembleia de Freguesia, que também a Assembleia Municipal aprovasse a proposta dando parecer favorável.

#### **MARIA JOSÉ CASTELO BRANCO – PSD**

No uso da palavra, a senhora deputada disse que iria dar apenas uma breve nota acerca deste ponto, uma vez que faz parte da Comissão de Ambiente e Ordenamento do Território, gabinete onde vão parar vários projetos de lei, sendo este um deles. Por se referir ao nosso Município, prestou-lhe especial atenção. Analisada a proposta, sugeriu, e em particular ao senhor Presidente da União de Freguesias, que fosse feito um esforço para lhe fosse introduzido um ponto (à semelhança do que já aconteceu noutros) para salvaguardar que na regularização jurídica daí adveniente, não houvesse encargos decorrentes para os cidadãos visados. Agradecia por isso que fosse contemplado um ponto desses, pois os cidadãos residentes certamente agradecerão.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que o PSD manifesta regozijo por esta iniciativa. O nome tem tradições e é consensual. Foi aprovado por unanimidade em Assembleia de Freguesia. Os deputados do PSD também o apoiarão. Vila Meã deixa de existir só no código postal. Passa a corporizar e a designar um pólo urbano de referência, o segundo maior do nosso concelho, com mais habitantes do que muitos concelhos do nosso país.

Curiosamente, como aqui foi abordado, foi uma das leis mais contestadas do atual governo e em muitos casos, com alguma razão, mas que permite agora viabilizar esta designação.

De todo o modo saudamos hoje em particular todos os Vilameanenses aqui presentes e que poderão agora ser assim chamados com toda a legitimidade. Esperamos que isso seja um factor para incrementar o desenvolvimento de Vila Meã, agora integrado. A bancada do PSD é a favor, com todo o entusiasmo que seja emitido um parecer favorável da designação para Vila Meã.

Entretanto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse que era de muito mau gosto continuar a falar-se na questão do código postal. Vila Meã já é vila há uns anos.



6

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse que mais uma vez no cargo que ocupa o senhor Presidente da Assembleia não entende quais são as suas posições. Não percebe também porque é que fica tão irritado. Quando anteriormente usou da palavra, apenas disse que “Vila Meã deixa de existir só no código postal”. Que se saiba não era nenhuma freguesia. O senhor Presidente da Assembleia tem de perceber que não houve qualquer intuito em pensar, naquilo que ele acha que nós estamos a pensar. O que ele pensa é ele que sabe. Não entendo essas observações e o senhor Presidente da Assembleia deve deixar de falar aos deputados e manter apenas as atribuições do cargo que ocupa. Parece que está a repreender as pessoas. A Assembleia não é nenhuma escola primária, não é nenhum colégio, nem nenhuma escola secundária. Agradece que o respeite, bem como à sua bancada, conforme ele o tem respeitado as suas posições e que continuará a respeitar.

Em resposta a esta intervenção o senhor Presidente da Assembleia, disse que o respeitará na justa medida em que ele o respeitar a si próprio.

### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, disse que a bancada do PS votará a favor do pedido de parecer para esta alteração de denominação. O consenso na Junta de Freguesia é também de realçar. Pode ser que este seja o princípio para outras Uniões de Freguesia. Disse ainda julgar que sendo consensual a decisão das freguesias, certamente esta assembleia também as aprovará.

O PS sempre foi contra a reorganização das freguesias da forma como foi apresentada, bem como do modelo e sobretudo da forma como foi imposta. Daí as suas reservas.

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que disse que também se queria associar a esta causa pois em boa hora a Junta de Freguesia decidiu atribuir-se o nome que é seu por direito há muitos anos.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. O resultado apurado foi a aprovação por **UNANIMIDADE**. O mesmo aconteceu na aprovação em Minuta.

### **PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVA À AQUISIÇÃO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NO IET, (CONFORME O ARTIGO 53º, Nº 1 DA LEI 50/2012 DE 31 DE AGOSTO)**

Usaram da palavra os senhores:

### **MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra disse que é importante a réplica entre os grupos municipais com assento nesta Assembleia. Este ponto tem uma importância acrescida. Tem, relativamente a esta matéria uma objecção de princípio que já tinha quando no princípio o assunto começou a ser discutido ainda no mandato 1995/1999. Já nessa altura levantou algumas dúvidas acerca do facto de ficar consagrada a possibilidade da Câmara Municipal poder fazer aumentos de capital ou através do fundo social para além dos 30%. A Câmara devia apenas ajudar à criação e à dinamização, mas devia também na medida do possível, ir-se desligando gradualmente para que a iniciativa privada assumisse a coordenação, a gestão e o planeamento dos destinos do IET.

Parece-lhe que isso seria o caminho mais correto e isso acabou por ser votado no mandato seguinte, com o comprometimento obviamente de todos os partidos.



Hoje, vamos ter de assumir um compromisso muito significativo. O importante da decisão é percebermos se com esta decisão vamos dar “saúde” ao IET, para que ele possa cumprir nos próximos anos os objectivos a que se propôs. Há contudo um problema de raiz que o próprio IET nos traz. Como é que os parceiros vão sustentar o IET nos próximos cinco anos. Encontrar uma solução para este compromisso que me parece inevitável e que temos de assumir agora, porque mais tarde poderá ser pior. Estou certo que a Câmara foi consultada quando havia apoio comunitário. Há aqui um compromisso coletivo. A sua dúvida assentava em saber como vai a Câmara acompanhar de forma rigorosa o processo, sem se ingerir no trabalho da Direção, a não ser que a isso seja obrigada, de modo que este processo não venha a ser um peso nos próximos cinco anos e seja acautelada a sustentabilidade do IET.

Este projecto se fosse exclusivamente privado não tinha condições de viabilidade. Na forma como ele se apresenta, só faz sentido mantê-lo se de facto se perspectivar para o futuro uma dinâmica que permita a criação que a inovação precisa, de modo a poder funcionar como pólo de investimento e investigação para o desenvolvimento económico.

Se considerarmos que crescimento é financeiro e desenvolvimento é economia, e como o financeiro já sabemos está difícil, que contribua a economia para o desenvolvimento de Amarante.

### **RUI BORGES – AMARANTE SOMOS TODOS**

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O IET é uma realidade no concelho de Amarante e numa parte da região do Tâmega (Amarante, Baião, Marco e Felgueiras). Esta é uma associação sem fins lucrativos e que tem por objeto o apoio à investigação e ao desenvolvimento de atividades de empreendedorismo económico e social da Região; captação de investimento; desenvolvimento de ações de formação.

O Movimento Independente Amarante Somos Todos defende que o concelho deve ter a capacidade de atrair e fixar investimentos geradores de emprego. É, hoje e cada vez mais, um dos fatores indispensáveis para garantir a sua sustentabilidade. Os investimentos, cada vez mais escassos, são fortemente disputados pelos diferentes concelhos, exigindo-se uma preparação superior e uma atuação ágil, verdadeira e dedicada.

O concelho de Amarante tem que ser a alavanca de uma região, com capacidade de captação de investimento, com indústrias fortes e em que o empreendedorismo acrescente valor e alternativas de emprego.

Consideramos, que esta não é uma tarefa única e exclusiva do município e precisamos de criar condições para o trabalho em rede juntando os empresários, as associações comerciais e as universidades, criando em concelho dinâmico, atrativo para o investimento e com capacidade de gerar mais emprego.

Assim, o movimento Independente Amarante Somos Todos, votará favoravelmente a aquisição de unidades de participação do IET”.

### **ANTONIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra começou por dizer que este é um dos assuntos que dada a sua importância devia ser tratado com seriedade e onde todos nos despíssemos da política para melhor o podermos analisar. É um assunto importante e abrangente para o nosso Município. Todos temos dúvidas. O relatório que está junto da proposta, aborda todos os aspectos económicos em termos de viabilidade do IET. Mas, é claro, que mesmo assim ficam algumas dúvidas.

O que o traz hoje a este assunto é para poder falar em coerência e reportar-se concretamente à abstenção dos senhores Vereadores do PS, sem questionar como é obvio a legitimidade da sua posição. É preciso coerência. Então o IET não nasceu quando o PS estava no poder? Então o IET não foi também apadrinhado pelo

Executivo Socialista? Então só agora é que vêm falar em planeamento e estratégia para o IET? O que é que fizeram enquanto estiveram no poder após a criação do Instituto? Qual foi o planeamento e a estratégia? É preciso coerência.

Já em Julho de 2012 o então Executivo Socialista atribuiu um verba de 150.000 euros de subsidio ao IET a título de unidades de participação sob proposta do então Presidente da Câmara. Onde estava nessa altura a estratégia e o planeamento? Nessa mesma altura o PSD não se absteve, não se demitiu de viabilizar o assunto e votou a favor, assim como vamos votar agora, porque somos coerentes. Todos deviam ser coerentes. Este assunto é abrangente, é importante e de relevância local. Por isso, ninguém se devia demitir do mesmo. Temos dúvidas, mas ao que se sabe se não existir agora este apoio, o IET não terá qualquer viabilidade. A finalizar disse que essa explicação ficaria para o senhor Presidente da Câmara.

### **OCTÁVIA CLEMENETE – PS**

No uso da palavra começou por dizer que a questão é saber se pretendemos viabilizar inviabilizar este projeto. E a posição do PS quanto a isso é clara, pretendemos viabilizá-lo. Até porque o sentido de voto que usou na reunião de Câmara foi nesse sentido. E como todos sabemos, a abstenção é um voto como outro qualquer e que permite viabilizar. Mesmo assim, o PS, tem o direito de ter as suas reservas e levantar dúvidas relativamente a algumas questões. Continuou dizendo que o projeto surge do passado, do tempo do PS. Mas, a questão de fundo tem a ver com a sustentabilidade para o futuro e que levanta sérias reservas, aliás como referenciadas pelo senhor deputado Moura e Silva. Embora todos saibamos da importância do IET para Amarante.

A posição que o Município vai passar a ter no IET, vai obrigar o Executivo a ter um papel preponderante no projeto, contrariando a lógica do PSD relativa à livre iniciativa privada. A responsabilidade é agora acrescida. O que perspectivamos daqui é um maior empenhamento a partir da agora do senhor Presidente no projeto promovendo-o e envolvendo-o na região do Tâmega e Sousa em que estamos inseridos. O PS o que quer perguntar ao senhor Presidente é se tem prevista já alguma forma de promoção e desenvolvimento relativamente à participação que a Câmara vai ter no IET, e se há novos projectos e parcerias?

O PS abster-se-á neste ponto à semelhança do que aconteceu na Câmara.

Terminou a intervenção dizendo ao orador anterior que o PS sabe despir-se da política quando assim tem que ser. Reforçou dizendo que o PS vai abster-se porque é coerente. Se o fez na Câmara vai fazê-lo aqui, mesmo sabendo que o projeto vem do passado e já nessa altura o viabilizaram com algumas reservas. Os 150.000 euros de subsidio que o Dr. Araújo referiu, não foram atribuídos como subsidio, mas apenas como quota de subscrição no projeto. Nada tem a ver com aquilo que hoje é proposto. Mesmo assim o PS viabilizará este ponto.

### **ANTONIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que a posição do PS não aparece pelo facto de na Câmara o PS ter estado ou não em maioria, mas por convicção.

Quando anteriormente falou em coerência fê-lo tendo em conta o titulo da proposta de então onde se podia ler: "Atribuição de subsidio ao Instituto Empresarial do Tâmega - Unidades de Participação". Este subsídio, não foi a subscrição inicial. A subscrição inicial foi de 1.000 euros. A outra subscrição foi muito posterior, foi em 9 de Julho de 2012. Limitou-se apenas a citar a ata nº 14/2012 de 9 de Julho onde se pode ler: "Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta..." Para si a abstenção é uma forma de votar, mas também uma forma de demissão. Se este projeto também é da responsabilidade do PS, não lhe parece muito correto absterem-se, porque ao fazê-lo estão a demitir-se dessa responsabilidade.



9

### **VITOR REI – PSD**

No uso da palavra, perguntou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal qual a posição que tinha nesta Assembleia, uma vez que constantemente interrompe os deputados da coligação, não usando o mesmo critério para os restantes.

O senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que ele iria ficar frustrado, mas que não lhe iria responder.

### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra disse que o PS obviamente não tem a posição do Dr. Araújo. A abstenção é uma tomada de posição que se associa à deliberação, aliás decorre da lei e como tal irão abster-se.

Além de que também a recente legislação sobre o sector empresarial local, que coloca algumas reservas, não lhes parece que fosse obstáculo, até porque o senhor Presidente da Câmara, ao fazer a proposta, certamente analisou todas as implicações tanto é que ela até de ir a parecer do Tribunal de Contas.

Quanto à questão do subsídio, não teve o cuidado e rigor de ir ver a ata, mas se diz subsídio, a realidade é que é subscrição da participação inicial, que ficou definida desde o início. Se inicialmente foi um valor de 1.000 euros e mais tarde de 150.000 euros, disso não se recorda, Mas também não é essencial. Essencial é saber-se que foi esta a participação inicial do Município. "Por isso mantém-se integralmente tudo aquilo que até agora foi referido pelo PS".

### **JOAQUIM TEIXEIRA – PSD**

No uso da palavra, aconselhou o senhor Presidente da Assembleia a que considerasse dar mais tempo ao PS e em especial à senhora deputada Octávia Clemente, para ela poder repensar a votação, e não sair daqui com uma votação da qual tem pena de não estar de acordo com o PSD. Não tem que ter pena. Ou vota por convicção conforme anunciou, ou reconsidera e altera a sua posição.

De seguida o senhor deputado **MOURA E SILVA** do **CDS/PP**, fez uma interpelação à Mesa com o objetivo de ver esclarecida uma dúvida que consistia em saber se os associados que aparecem no mapa da página 2 do relatório, se entre a elaboração do documento e o dia de hoje, se há alguma evolução do referido quadro da página dois, nomeadamente entre os montantes subscritos entre 31 de Dezembro de 2013 e o realizado até 30 de Maio de 2014, e o ainda a realizar em 2014.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** a palavra, que começou por dizer que o processo do IET tem alguns anos. Neste momento, o atual Executivo, vê-se confrontado com uma situação de que ou tenta colaborar ou então o IET vai passar por um problema gravíssimo, porque a contrapartida nacional que precisa para fazer face àquilo que foi uma candidatura que todos aqui nesta Assembleia têm conhecimento. Se não o fizer de onde vem o dinheiro? Estando eu aqui ou outro Presidente de Câmara, estaríamos certamente a discutir a mesma situação. Portanto, quando se pede coerência é isto. Isto não tem que ver com minha proposta, mas com o compromisso de todos e que temos de lhe dar continuidade. Agora pedir-me a mim que faça um plano de ação para o IET, também não é correto. Não é a mim que compete. Há uma Direção, um Diretor Executivo e têm que ser eles a tratar. A Câmara tem tido reuniões quinzenais com o IET, aliás solicitarei ao Vereador responsável (com autorização do senhor Presidente da Assembleia) que dê nota aqui desse acompanhamento, pois estão a ser trabalhadas outras dimensões para além da financeira.

Continuou para dizer que as verbas são escassas e que a proposta que faz consiste em dispendir 319.000 euros, para ajudar o IET a fazer face aos seus compromissos ou seja, 739.000 euros no que respeita à contrapartida nacional, e

ainda 319.000 euros que não foram elegíveis e que têm que ver com o esforço que o IET teve que fazer até para contrair um empréstimo para fazer face ao atraso que decorria da candidatura, e isso não era financiado ao IET. Portanto, o somatório da contrapartida nacional mais este valor não elegível, está-se a de um valor de cerca de 1.000.000 de euros.

Isto era um projeto que desde o início todos sabíamos que não era para dar lucro. O anterior Executivo, e muito bem, esclareceu isso na altura. Tinha que ser um esforço por parte da Câmara e entidades privadas a sustentá-lo, infelizmente a crise fez alguns recuarem. Perante este facto a Câmara ou se associava a este investimento total de 4.000.000 milhões de euros e ajuda na contrapartida nacional, ou recua e vamos ver o que é que dá. Vamos ver se aparece um mecenas. Tenho dúvidas e por isso fiz esta proposta, para que os senhores agora e aqui de acordo com a vossa consciência e vontade assim decidam. Se querem apostar no IET, também têm que ter em atenção a questão da sustentabilidade, pois se julgam que vai dar lucro, o melhor é votarem todos contra.

A aposta desde o início no IET, foi que através dele pudéssemos captar alguns novos empresários, e esta era a aposta. E é isso que Amarante tem que definir como objetivo, atrair muitos mais novos empresários e novos empreendedores, para que possamos vir a recolher frutos num futuro mais longo do que no curto prazo.

Respondendo ao senhor deputado Moura e Silva quando pergunta, e bem, sobre o equilíbrio nos próximos cinco anos, pois o relatório mostra, e de forma clara que ele não tem como gerar receitas, e como também já aqui foi falado, quando fizemos o orçamento rectificativo foram dados 75.000 euros para que eles tivessem equilíbrio financeiro. Mais ainda, na altura da Assembleia do IET, pedi que as entidades que detêm unidades de participação acompanhassem a Câmara. O que me foi dado a conhecer, é que o segundo maior acionista tinha entrado com subsidio à exploração. A Câmara não contribuiu por esta figura, por estar impossibilitada, foi como subsidio de capital. A Direção do IET fez o pedido para que durante cinco anos fizéssemos esta entrada de capital, para garantir o tal equilíbrio, e portanto, para o próximo ano, irão ser chamados a pronunciar-se se iremos ou não continuar a dar esse subsidio.

Esclareceu a seguir que a proposta está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, referindo que para o efeito há uma série de requisitos que tem de ser cumpridos. Para afirmar a seguir que tem dúvidas se irá ser dado ou não, parecer favorável por parte do Tribunal de Contas.

Terminou referindo que ficava ressalvado que no caso do Tribunal de Contas vir a dar parecer desfavorável, teria que ser tomada decisão que não assentaria na aquisição de unidades de participação, mas noutra modalidade. Rematou dizendo que a ser assim, que em principio em setembro a Assembleia seria chamada a pronunciar-se.

Relativamente às reservas da senhora deputada, afirmou que "...todos as temos", referindo que o que agora se aprova não pode ter a garantia de sucesso. Em todas as decisões há sempre uma dose de risco.

Concluiu afirmando que "...as reservas são legítimas, mas eu também as tenho há muito tempo. Oxalá no futuro possamos olhar para trás e ver que este processo valeu a pena".

Foi dada de seguida a palavra ao senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que no uso da palavra começou por dizer que em termos estratégicos, aquilo que é importante para Amarante é que se consiga desenvolver um ecossistema empreendedor, para se poder desenvolver um ambiente propício à criação de empresas, em Amarante quer através de uma incubadora de empresas, quer através de outros locais que não possam estar dentro dessa incubadora. Isso implica que temos de trabalhar vários sectores do empreendedorismo. A incubação é uma delas. É aí que está centralizado o IET. O IET, para além disto tem outras funções também muito importantes como seja a formação ao nível do apoio na formalização das

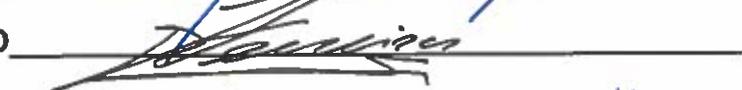
empresas bem como ao nível do investimento. Só pode haver um verdadeiro projeto de empreendedorismo se todas as vertentes estiverem a trabalhar e a funcionar em condições. Se alguma dessas vertentes falhar o projeto falhará. Se no projecto de criação houver deficiências, elas dificilmente entrarão em funcionamento; quer sejam empresas de serviços, quer sejam empresas de base industrial. Somos das poucas incubadoras com base industrial. Isto é uma vantagem para toda a região. Muito trabalho tem sido feito nos últimos meses. Têm-se realizado reuniões regulares com o Executivo do IET e com o membros da equipa técnica e principalmente com o Presidente do IET. Tem sido alinhavada a estratégia. Durante os últimos tempos estabelecemos contatos com as Universidades do Porto e Vila Real e ainda com algumas incubadoras do país e mesmo de fora dele e principalmente com alguns players do ecossistema do empreendedorismo em Portugal e particularmente do Norte. Foram ainda feitas algumas ações de promoção para dar a conhecer o IET, bem como as potencialidades do Município. Começamos já a estabelecer parcerias, algumas delas a título voluntário. Surgiram ainda contatos com empresas que se querem fixar no nosso concelho. Assim, o Executivo tem de ver o IET como instrumento importante, mas o plano tem de ir para além disso. Temos chamado para perto alguns desses parceiros. Como temos algumas debilidades técnicas em relação ao empreendedorismo, até pelo facto de ser uma temática recente, terá de haver um período de adaptação. Esta questão dos parceiros em rede é fundamental, principalmente para se conseguirem bons planos de ação. Dentro de dois ou três meses teremos certamente um plano de ação para o empreendedorismo em Amarante. Podemos garantir já alguns projetos concretos, desde ações de formação, projetos de aceleração de ideias e ainda ações de capacitação para empreendedores e até investidores. Tudo isto tem sido discutido com a Direção do IET e em particular, com o seu Presidente. Algumas propostas para a aquisição de serviços serão levadas ao Executivo para assim se poder conseguir um bom programa, quer para Amarante, quer para toda a região.

Terminou a sua intervenção dizendo que temos de ser um pólo de captação de investimento para todos os concelhos vizinhos. Amarante tem condições intrínsecas que têm de ser aproveitadas. Admitiu para breve a apresentação de um plano com medidas concretas para a promoção do empreendedorismo no IET e em todo Município.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **VOTOS CONTRA - 0, ABSTENÇÕES - 23, VOTOS A FAVOR - 27**. Este ponto foi ainda aprovado em minuta por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era uma hora do dia um de Julho.

Da presente reunião foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE   
O PRIMEIRO SECRETÁRIO   
O SEGUNDO SECRETÁRIO Joana Filipa Deixar Jangalhas